



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
6ª Câmara de Coordenação e Revisão
(Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais)

MEMÓRIA DE REUNIÃO NA 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Aos 15 (quinze) dias do mês de março de 2013, a partir das 14h (quatorze) horas, na sede da Procuradoria Geral da República – Auditório do CSMPF - Brasília (DF), estiveram presentes a Coordenadora da 6ª CCR, Dra. Deborah Duprat, as Procuradoras da República no Município de Marabá – PA, Dra. Melina Tostes e Dra. Luana Macedo, os representantes da Funai, Dr. Flávio Chiarelli, Procurador-Geral, Maria Augusta, Diretora do DPDS, os representantes da Companhia Vale do Rio Doce, Alberto Ninio, Diretor de Assuntos Regulatórios e Operações, Isis Pagy, Diretoa de Relações com Comunidade, Márcio Medeiros, Gerente Geral Jurídico Norte, Luana Martins Andrade, Gerente de Relações com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Mário Henrique e Antônio Venâncio, Analistas de relações com povos indígenas e comunidades tradicionais, Cássio Inglez Sousa, assessor antropológico, e lideranças indígenas Xicrin, conforme lista de presença em anexo. Secretariou a reunião a analista processual Carla Daniela Leite Negócio. Foram objeto de discussão os seguintes temas:

1. Impactos sofridos pela Comunidade Indígena Xicrin em decorrência da implantação de projetos pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD.

Elaboração de plano etnoambiental para compensação e mitigação dos impactos sofridos pela Comunidade Xicrin, em cumprimento à decisão judicial proferida pela Justiça Federal de Marabá – PA. Foram apresentados, pela Vale, os princípios, diretrizes, objetivos, linhas de atuação, ações a atividades estratégicas da proposta. Acordou-se que o plano seja desenvolvido, com base nessas diretrizes, em conjunto com a comunidade.

O trabalho obedecerá a seguinte agenda: a) a reunião inicial, para começar a discussão do plano etnoambiental, será realizada no dia 21 de março às 9h, em Marabá - PA, com a participação de representantes da comunidade, da Vale, da Funai e do MPF. A Vale ficará responsável por garantir o local e a presença de 12 indígenas, 4 de cada aldeia. Esta reunião terá como objetivo apenas apresentar o cronograma de trabalho. A Vale compromete-se a apresentar a proposta de forma inteligível para os índios, o que inclui a intermediação de antropólogo; b) a partir dessa data, serão realizadas reuniões mensais, com a participação da comunidade, da Vale e da Funai, em calendário a ser definido pelos participantes da reunião.

Foi também disponibilizada pela Vale para as lideranças presentes, nesta data, cópia de documento contendo os princípios, diretrizes objetivos, linhas de atuação, ações e atividades estratégicas do plano. O programa é para atender a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
6ª Câmara de Coordenação e Revisão
(Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais)

demanda de sustentabilidade, o que não afasta a responsabilidade da empresa decorrente de impactos de empreendimentos futuros.

2. **Impactos decorrentes do projeto Onça Puma.** PBA. Estabelecimento de medidas mitigadoras e compensatórias. O caso de Onça Puma está judicializado. A Vale apresentou um primeiro documento à Funai, que suscitou questionamentos bastante criteriosos. A Vale está respondendo e adequando a proposta aos questionamentos, e nova versão do documento será apresentada à Funai antes de 20 de abril. O prazo limite é 30 de abril, impreterivelmente. A Funai compromete-se a apresentar o resultado da análise do PBA até 20 de maio. A Funai compromete-se, ainda, a ir à área e discutir a proposta com a comunidade antes do dia 20 de maio, prazo final para a análise.
3. **Impactos decorrentes do Projeto Salobo.** Existe Inquérito Civil Público em andamento na PRM/Marabá. Em análise, a Funai disse que não havia impactos, porque as ações foram realizadas fora da terra indígena. Mas há impactos em áreas de castanhais, utilizadas para a atividade de coleta de castanha pela comunidade. Busca-se, assim, efetivar ações de proteção aos castanhais. Os representantes da Vale alegam que fornecem apoio logístico à comunidade durante o período de coleta da castanha, como a montagem de rancho, o fornecimento de ações de assistência à saúde, entre outras iniciativas. Os indígenas consideram o apoio insuficiente. Em 15 dias os Xricrin apresentarão ao MPF as medidas que entendem necessárias para a proteção dos castanhais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, às 17h30.

DEBORAH DUPRAT
Vice-Procuradora-Geral da República
Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

LUANA MACEDO
Procuradora da República no Município de Marabá

MELINA TOSTES
Procuradora da República no Município de Marabá

Representantes da Funai:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
6ª Câmara de Coordenação e Revisão
(Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais)

FLÁVIO CHIARELLI
Procurador-Geral

MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da Funai

Representantes da Companhia Vale do Rio Doce

ALBERTO NÍNIO
Diretor de Assuntos Regulatórios e Operações

ISIS PAGY
Diretora de Relações com Comunidades

MÁRCIO MEDEIROS
Gerente Geral Jurídico Norte

LUANA MARTINS ANDRADE
Gerente de Relações com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Representantes da Comunidade Indígena Xicrin:

KARANGRÉ
Cacique da Aldeia Djudjêkô

BEPTUM
Cacique da Aldeia Ôôdjai

BEMAITI
Cacique da Aldeia Cateté